

E EU NÃO SOU UMA TEORIA NEGRA? PARADIGMAS DOS DESENVOLVIMENTOS E O DIREITO AO BEM VIVER

Luciana Brauna Batista¹

¹ Universidade do Vale do Paraíba/Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Avenida Shishima Hifumi, 2911, Urbanova - 12244-000 - São José dos Campos-SP, Brasil, prof,lucybrauna@yahoo.com.br.

Em 1851 a ativista negra norte-americana Sojourner Truth lançou uma indagação que permanece no ar há mais de um século: “E eu não sou uma mulher?”. A pergunta foi realizada na Women’s Rights Convention em Akron, Ohio, Estados Unidos para tensionar a luta dos direitos das mulheres brancas, cujas reivindicações sequer consideravam os determinantes sociais, econômicos e políticos que preconizavam os papéis de gênero em distinto contexto racial (Gelédés, 2009). A pergunta aqui é utilizada como alegoria para tensionar a categoria “desenvolvimento” como um dos principais problemas do campo do Planejamento Urbano e um importante e histórico componente da luta e dos estudos em relações étnico-raciais no Brasil.

Este trabalho se trata, portanto, de uma revisão de literatura com o objetivo de contribuir teoricamente para a compreensão do paradigma do desenvolvimento ao longo da história moderna e às concepções de alternativas ao desenvolvimento que nos últimos 20 anos passaram a disputar algum tipo de legitimidade no campo e nas ciências sociais.

O projeto de desenvolvimento no Brasil, desde o século XIX, foi moldado por ideologias racistas e coloniais que associavam o atraso à presença negra e à escravidão, por influência de teorias como o darwinismo social. A modernidade brasileira se construiu sobre a negação da contribuição negra, mesmo quando organizações como a Frente Negra Brasileira buscavam a inclusão. No século XX, o Estado promoveu uma agenda de branqueamento e democracia racial, enquanto o capitalismo global, liderado pelos EUA no pós-guerra, impôs modelos de desenvolvimento que reforçaram hierarquias raciais e econômicas. Assim, o mito do progresso no Brasil se sustenta em valores que precedem o capital-trabalho, perpetuando o mito do subdesenvolvimento e suas contradições.

No final da década de 1940, a criação da CEPAL marcou um esforço latino-americano para enfrentar o subdesenvolvimento com base em teorias que criticavam a dependência econômica e a baixa diversificação produtiva da região. Celso Furtado, um dos principais expoentes, argumentou que o subdesenvolvimento é estrutural e que a industrialização brasileira aprofundou desigualdades sociais. Clóvis Moura, por sua vez, denunciou a persistência de estruturas arcaicas e repressivas que mantêm o negro à margem do desenvolvimento. Autores como Florestan Fernandes (2006; 2008) e Otávio Ianni (1987; 1992) reforçam que o racismo é constitutivo da formação social brasileira, impedindo a consolidação de uma identidade democrática e atribuem

tais limitações à coexistência de modos “arcaicos e modernos” de exploração. Todas essas abordagens convergem na crítica à modernidade como mito civilizatório que oculta a colonialidade, sustentada por uma geopolítica do conhecimento que nega a alteridade epistêmica e perpetua a lógica de dominação, ainda que de fundo reforcem a lógica colonial ao propor estratégias de desenvolvimento alinhadas à racionalidade técnico-científica que sustenta o modo de produção e reprodução capitalista.

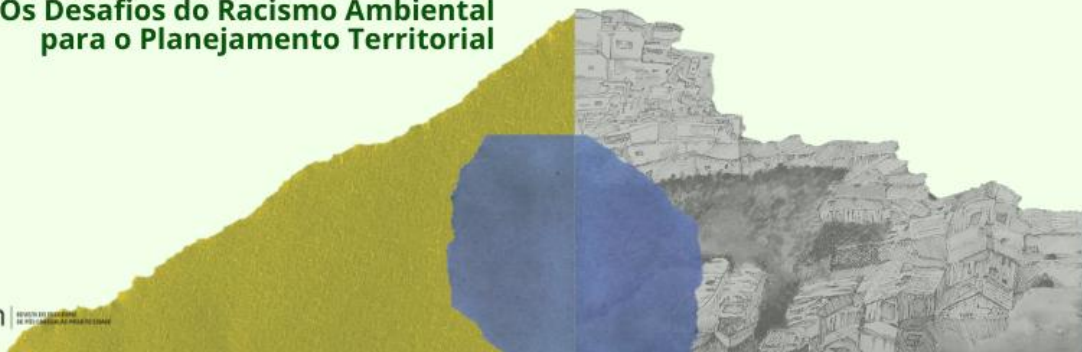
A partir da década de 1980, com o esgotamento do modelo desenvolvimentista e a crise global do capitalismo, emergem novas reflexões sobre trabalho, movimentos sociais e desenvolvimento. Gomes (2019) destacam o papel pedagógico dos movimentos sociais. Petrônio Domingues (2006) traça a trajetória do movimento negro brasileiro em quatro fases, culminando na atuação política e institucional do século XXI, com conquistas importantes no campo institucional. Apesar dos avanços, indicadores revelam persistente desigualdade racial, e a economia passa a incorporar a questão racial como central para o desenvolvimento. Críticas ao modelo tradicional de desenvolvimento, como as de Freitas, Cruz e Ramdomsky (2016), apontam seu caráter colonizador, enquanto Rogério Roque Amaro (2017) propõe uma abordagem dialógica entre alternativas e reformulações do conceito. Assim, o mito do desenvolvimento é tensionado por novas perspectivas que articulam justiça social, racial e ambiental, aproximando-se do ideário do Bem Viver.

É nesse contexto que o paradigma do Bem-Viver se apresenta como alternativa crítica ao modelo desenvolvimentista, propondo uma visão integrada que valoriza saberes ancestrais, justiça social e equilíbrio ambiental. Mais do que um conceito, trata-se de uma prática que tensiona a colonialidade e reivindica epistemologias plurais, capazes de reconhecer experiências contra-hegemônicas e modos de vida que escapam à lógica mercantil. O descompasso entre teoria e prática, contudo, permanece evidente: enquanto intelectuais discutem alternativas ao desenvolvimento, a realidade social brasileira ainda não garantiu sequer os direitos básicos à população negra. Assim, o futuro das relações étnico-raciais e do debate sobre desenvolvimento no Brasil dependerá da capacidade de articular crítica teórica e ação política, em direção a um horizonte de viver bem que supere a negação histórica dos direitos.

Referências

AMARO, Rogério Roque. **Desenvolvimento ou pós-desenvolvimento? Desenvolvimento e... no!lay!** *Cadernos de Estudos Africanos*, Lisboa, n. 33, p. 75-94, 2017.

DOMINGUES, P. (2007). **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos.** *Tempo*, 12(23), 100-122. Recuperado de SciELO - Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos



FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

FREITAS, Gabriella Rocha de; RAIZER DA CRUZ, Mailane Junkes; RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. Pós-desenvolvimento: a desconstrução do desenvolvimento. In: NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo (orgs.). **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 95-102.

GELEDES. *Sojourner Truth*. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/sojourner-truth>>. Acesso em: 11 abr. 2026.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador : saberes construídos nas lutas por emancipação** / Nilma Lino Gomes. - Perrópolis, RJ : Vozes, 2019.

IANNI, Octavio. **Raças e classes sociais no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

IANNI, Octavio. **A formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1992.